

**As Antecâmaras das Jóias: os Estojos  
em Portugal (1750-1920)\***

*Las Antecâmaras de las Joyas: los  
Estuches en Portugal (1750-1920)*

*Jewels Antechambers: Boxes in Portugal (1750-1920)*

*Gonçalo de Vasconcelos e Sousa*

\* O Autor agradece a todos os que, com os seus comentários, enriqueceram com novas perspectivas este trabalho.



**RESUMO:** Os estojos constituem uma vertente pouco estudada da joalheria portuguesa e internacional. Estas antecâmaras das jóias, no período em consideração (1750-1920), assumiram papéis de distinta relevância, recorrendo a vários materiais, formas e estilos para executar este objecto de guarda dos adornos preciosos. O texto aborda diferentes aspectos relacionados com a composição dos estojos, desde o couro carmesim aos veludos de diferentes cores, dos interiores mais ou menos elaborados até à presença de indicadores sobre o estabelecimento comercial de venda.

*Palavras-chave:* Joalheria; estojo; couro; veludo; Portugal

**RESUMEN:** Los estuches son un aspecto poco estudiado de la joyería portuguesa e internacional. Estas antecámaras de las joyas, en el período en consideración (1750-1920), asumieron papeles de distinta relevancia, recurriendo a varios materiales, formas y estilos para ejecutar este objeto de guardia de los adornos preciosos. El texto aborda diferentes aspectos relacionados con la composición de los estuches, desde el cuero carmesí a los terciopelos de diferentes colores, desde los interiores más o menos elaborados hasta la presencia de indicadores sobre el establecimiento comercial de venta.

*Palabras clave:* Joyería; estuche; cuero; terciopelo; Portugal

**ABSTRACT:** Boxes are an under-researched subject of Portuguese and international jewellery. These jewellery antechambers, in the period under consideration (1750-1920), assumed roles of distinct relevance, using various materials, forms and styles to execute this object to guard precious ornaments. The text addresses different aspects related to the composition of the boxes, from crimson leather to velvets of different colours, from more or less elaborate interiors to the presence of indications about the establishment.

*Keywords:* Jewellery; box; leather; velvet; Portugal

## INTRODUÇÃO

Um dos elementos mais emblemáticos da envolvimento de uma jóia, essencialmente desde o século XVIII até ao século XX, é o seu estojo, constituindo o primeiro impacto junto de quem a recebe, sensação que o proprietário revisita sempre que busca a peça ou o conjunto no local onde os guarda. Funciona, pois, como uma verdadeira antecâmara da jóia<sup>1</sup>.

As publicações historiográficas, tanto a nível internacional como em Portugal, aludem aos estojos com parcimónia, sobretudo para as centúrias de Setecentos e Oitocentos, e têm sido ainda mais parcos, senão inexistentes, os estudos concretos sobre esta temática, no que nos tem sido dado observar. Daí nos parecer pertinente a elaboração deste trabalho, que pretende constituir, para a realidade portuguesa, um primeiro registo sistematizado referente a algumas soluções encontradas para a execução dos receptáculos das jóias, no período entre cerca de 1750 e 1920.

O estojo pode representar uma obra de arte, sobretudo no último terço do século XVIII, mas também em alguns casos particularmente elaborados da segunda metade do século XIX, destinados a ricos adereços executados para a nobreza da Corte ou os pujantes capitalistas, e de que a casa Leitão & Irmão, joalheiros da Casa Real portuguesa, se revelou exímia intérprete.

Os diversos materiais que os foram constituindo e a evolução da sua utilização, as respectivas formas assumidas para albergar peças individuais ou conjuntos, a relevância para a identificação da autoria da jóia ou o seu papel como fonte para a história da joalheria, principalmente em Setecentos e Oitocentos, a que se vêm juntar problemas de conservação e de ligação à peça ou ao conjunto original, são algumas das problemáticas que pretendemos abordar nesta investigação.

Todos estes dados necessitam de um maior aprofundamento, que nós ou outros investigadores possamos ir fazendo, com a recolha, nos arquivos sobreviventes de algumas casas de comércio de ourivesaria – designadamente Leitão & Irmão<sup>2</sup>, José Rosas<sup>3</sup> e Reis Filhos<sup>4</sup> –, de gastos havidos com estojeiros e com peças em concreto, que tenham sido realizadas, acompanhadas de um estojo especial.

Apenas uma última nota neste pequeno texto introdutório para aludir brevemente a um tema que não abordaremos neste estudo, mas que constitui, a nível nacional e internacional, outro ponto de referência a desenvolver em estudos específicos. Trata-se dos estojos de peças de prataria, a maior parte relativa a alfaias religiosas – como custódias, cálices, navetas, entre outras –, mas, também, a objectos civis<sup>5</sup>.

---

1 Esta ideia foi por nós apresentada in SOUSA, G. V. (1997b). “Da joalheria setecentista aos eclectismos do séc. XX em Portugal”. Em Marques, M. L. P. (ed.). *Colecção de jóias: Marta Ortigão Sampaio*. [Porto]: Divisão de Museus da Câmara Municipal do Porto; Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, p. 22.

2 Em depósito na Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

3 Na posse da casa Rosas, ainda em funcionamento, e cuja documentação foi inventariada pelo CIONP (Centro Interpretativo da Ourivesaria do Norte de Portugal), do CITAR, o centro de investigação da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa.

4 Actualmente em acervo particular.

5 Vd., a este propósito, o trabalho, ARBETETA MIRA, L. (2001). *El tesoro del Delfín: alhajas de Felipe V recibidas por herencia de su padre Luis, gran delfín de Francia*. Madrid: Museo Nacional del Prado.

## O ESTOJO E OS SEUS COMPONENTES

O estojo de jóia é um receptáculo destinado a conter um adorno precioso ou um conjunto de peças entre si relacionadas, formando um adereço ou meio adereço. Na análise dos estojos há que atender a numerosas informações, designadamente às suas dimensões e à forma exterior, correspondente, genericamente, ao feitio da(s) peça(s) contida(s) no seu interior, bem como à(s) divisão(ões) na base, indicativa(s) da(s) tipologia(s) a ser(em) aí colocada(s).

Outra vertente dos estojos a considerar diz respeito aos materiais utilizados, tanto no revestimento exterior como os usados no interior, e a intencionalidade da sua presença. As gravações a ouro existentes constituem outra dimensão a ter em conta no estudo das caixas das jóias, como teremos ocasião de verificar *infra*.

Presentes nos estojos podemos observar carimbos<sup>6</sup> ou papéis colados – sobretudo na segunda metade de Oitocentos –, contendo indicadores sobre o estabelecimento comercial de venda, verdadeiros subsídios para a identificação concreta do objecto, para além da relevância de certos elementos – ou representações heráldicas –, caso fossem fornecedores da Casa Real portuguesa ou da Casa Imperial do Brasil, neste caso e, cumulativamente, a ourivesaria Leitão & Irmão.

Divisórias mais ou menos despercebidas a um primeiro olhar contêm zonas onde se encontram guardadas peças de adaptação para a multifuncionalidade dos adornos – sobretudo a partir da segunda metade de Oitocentos –, mas onde se poderiam colocar memórias – como madeixas de cabelo – ou até a factura-recibo da aquisição da jóia.

## O ESTOJO COMO FONTE PARA O ESTUDO DA JOALHARIA

A relevância do estojo como fonte para a história da joalheria necessita ser revalorizada e sistematizada. A presença da caixa original da peça ou conjunto, para além da necessidade de verificação da relação com as peças nele existentes, averiguando se se trata das originalmente aí colocadas, contém numerosas informações, factores importantes para questões como a datação, a origem geográfica ou a história do próprio objecto ou conjunto.

A ligação das peças entre si pode encontrar, no estojo, uma matriz de esclarecimento, no que diz respeito à formação dos conjuntos, pois a presença dos espaços correspondentes às peças revela as tipologias existentes e relacionáveis.

Outro factor importante diz respeito à presença de elementos que identifiquem a loja ou estabelecimento comercial que vendeu as jóias em causa. O nome da casa de ourivesaria ou sociedade comercial, a respectiva morada e outras informações podem encontrar-se presentes no estojo, como veremos *infra*.

A natureza específica do estojo original intervém, igualmente, para além das próprias características específicas da peça ou do conjunto, na sua datação, pois as caixas foram evoluindo e assumindo semblantes distintivos de acordo com a época histórica, num processo para o qual este

---

6 Um destes casos pode ser encontrado num estojo de um par de brincos, com um carimbo no verso da tampa, provavelmente posterior, em termos cronológicos, pertencente ao acervo de Marta Ortigão Sampaio. Vd. SOUSA, G. V. (1997b), pp. 77 e 81.

estudo procurará fornecer novas achegas. Por outro lado, a falta de correspondência temporal da peça com um estojo de época posterior poderá significar que a mesma foi alvo de intervenções de restauro, o que originou a colocação num novo receptáculo pelo estabelecimento que o levou a cabo.

Uma dimensão da importância do estojo como fonte para a história da joalheria e dos seus estabelecimentos de venda reside nas informações que o mesmo contém. Muitas vezes, perante a inexistência de levantamentos de ourives e de casa comerciais para determinadas centros, os estojos fornecem esclarecimentos complementares para o conhecimento desta arte na região, chamando a atenção para a importância de casas comerciais de relevo não tão acentuado e que possam ter caído no esquecimento geral.

Noutra perspectiva, a do comprador e proprietário, o estojo pode conter elementos de informação, seja porque marca determinado acontecimento, através de uma data, por exemplo, ou porque possui um monograma, o nome dos possuidores ou, eventualmente, referências heráldicas a uma casa aristocrática (fig. 15d).

Outra questão pouco estudada refere-se ao preço dos estojos na época em que foram executados. Em termos históricos, seria interessante a recolha sistemática de informações sobre este aspecto, desde o século XVIII ao século XX. Tal foi variável de acordo com a natureza da peça ou do conjunto, mas fornecerá dados para o conhecimento dos estojeiros e da respectiva actividade, sobretudo nas cidades de Lisboa e do Porto.

## ESTOJOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Os estojos sobreviventes da segunda metade de Setecentos são, em geral, de couro carmesim com gravados a ouro, obra de estojeiro, num efeito visual e técnico ao jeito do trabalho de encadernação. Os ferros utilizados apresentam, essencialmente, motivos fitomórficos, com rosetões de maiores dimensões ou diminutas flores, por vezes entre gramática ornamental característica de um Rococó distendido. Assiste-se ao recurso a ferros com motivos ornamentais característicos da estética do período, designadamente com rocalhas. O próprio movimento, representativo do estilo Rococó, observa-se nos fechos metálicos, com estes desenhando curva e contracurva (fig. 1)

No seu interior, os estojos adequam-se às formas dos adornos pretendidos, através de um rebaixamento na base. De presilhas a meios adereços – com colares e brincos<sup>7</sup> ou com pendente e par de brincos<sup>8</sup> –, de colares (fig. 2) e hábitos das ordens militares<sup>9</sup> (fig. 3) a fivelas<sup>10</sup>, de anéis a ornatos para toucado, designadamente ramagens<sup>11</sup>, pentes<sup>12</sup> ou pássaros, diversas são as tipologias de jóias que se encontram inseridas em estojos desta natureza.

7 Vd. OREY, L. (ed). (1995). *Cinco séculos de joalheria: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa*. Lisboa; London: IPM; Zwemmer, p. 80 (pelo menos o estojo era destinado a colar e par de brincos).

8 Vd. *Ibidem*, p. 61.

9 Vd., para um hábito de lançar ao pescoço da Ordem de Sant'Iago, SOUSA, G. V. (1999). *A joalheria em Portugal: 1750-1825*. Porto: Civilização Editora, p. 11.

10 Vd. OREY, L. (ed). (1995), pp. 79 e 90.

11 Vd. F[ALCÃO], J. A. (2002). "Corpete de imagem". Em Falcão, J. A. (ed.). – *As formas do espírito: Arte sacra do Sul de Portugal*. Beja: Departamento de Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, vol. 1, pp. 229.

12 Vd SOUSA, G. V. (1999), p. 70.



Fig. 1. Estojo de couro carmesim com gravados a ouro, de inspiração rococó, destinado a meio adereço de pendente e par de brincos de girândolas, 2.<sup>a</sup> metade do século XVIII. Cabral Moncada Leilões.



Fig. 2. Estojo de couro carmesim com gravados a ouro, de natureza floral, destinado a conter colar com topázios e pendente em girândola, último terço do séc. XVIII (ext. SOUSA: 1999, p. 79). Coleção particular.



Fig. 3. Estojo de couro carmesim com gravados a ouro, destinado a conter hábito de lançar ao pescoço neoclássico da Ordem de Sant'Iago, finais do séc. XVIII (ext. SOUSA: 1999, p. 11). Coleção particular.

A dimensão das caixas variava de acordo com a quantidade de peças existentes, e o formato exterior acompanhava o perímetro aproximado do objecto ou conjuntos. Nesse sentido, e em geral, aquando da presença de um colar, a parte superior era oblonga, em virtude da presença da respectiva fita e a parte inferior aproximadamente triangular.

Tanto a parte superior da tampa como a base eram revestidas de couro. No interior, a tampa possuía seda ou outro tecido de tonalidade clara (em geral branca, encontrando-se já, quase todos, patinados pelo tempo), enquanto à base se destinava veludo de tonalidade escura, como castanho ou azul, de forma a destacar a qualidade e o brilho dos adornos. Por vezes, tanto o veludo como o cetim encontram-se já deteriorados, pelo uso a que foram submetidos; noutros exemplares, o cuidado havido ao longo de mais de dois séculos permitiu que se conservassem quase imaculados.

Quanto aos motivos decorativos gravados no couro, a sua diversidade espelhará, certamente, as diversas oficinas existentes – e a qualidade dos seus ferros –, repartindo-se por florões ou ramos florais<sup>13</sup> na parte central da caixa e por uma cercadura na orla, à base de motivos diversos, que vão desde rocalhas até festões neoclássicos, estes no final da centúria setecentista<sup>14</sup>. No acervo do Museu de Évora existe um estojo de couro carmesim com gravados a ouro, como que sugerindo as tipologias de peças contidas no seu interior – laço e par de brincos, de grande qualidade de execução, anunciando o conteúdo, um meio adereço formado pelas mencionadas tipologias, com diamantes e topázios engastados em prata<sup>15</sup>.

Haverá, ainda, a realçar a presença de adornos de imaginária com estojos setecentistas, como o revelam diversos exemplares conhecidos. Um caso, datável de 1792, reside no diadema resplendor pertencente ao acervo da Venerável Ordem Terceira do Carmo do Porto, com berilos forrados, saído da oficina do ourives do ouro da Cidade Invicta Francisco de Pinho Costa Alves<sup>16</sup>, e cujo estojo, de couro com gravados a ouro de natureza fitomórfica, acompanha a forma do objecto<sup>17</sup>.

Uma das formas mais peculiares e, segundo nos é dado observar, raras entre os exemplares de estojos chegados até aos dias de hoje é de um trémulo em forma de pássaro, pertença do acervo da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, na diocese de Beja, certamente uma oferta ou um voto de algum freguês. A parte superior do estojo acompanha a forma do pássaro de asas abertas, enquanto a parte inferior surge pontiaguda, em virtude do espeto<sup>18</sup>.

É provável que uma parte significativa das jóias tivesse estojo, mas também é possível que tal não sucedesse, pois nem todas as facturas de execução dos objectos referem a sua presença. Mesmo a avaliação em documentos oficiais, a título exemplificativo, raramente alude à existência de estojo<sup>19</sup>. No entanto, as referências surgem na documentação histórica, como sucede na menção de uma *caixinha de lixa negra com Molla*, onde se guardava um meio adereço de laço e arrecadas de diamantes com talhe em brilhante, do espólio do 1.º marquês de Alorna, D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, vice-rei da Índia (1751)<sup>20</sup>.

Vejamos outros aspectos documentais referentes à presença e/ou ao valor de estojos. Em 1765, as peças de joalheria dos futuros D. Maria I e D. Pedro III são alvo de um inventário com registo de considerações marginais, importantes para a historiografia socioartística da joalheria do período. Este documento, muito relevante em termos do uso, execução e transformação dos

13 Vd. *Ibidem*, pp. 57 e 79.

14 Vd. *Ibidem*, p. 74. Este conjunto pertence ao acervo da Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio.

15 De acordo com o texto de entrada, o interior é de veludo negro e seda branca. Vd. FALCÃO, J. A.; SANTOS, R. A. (eds.) (1993). *Inventário do Museu de Évora. Coleção de Ourivesaria*. [S. l.]: Secretaria de Estado da Cultura; Instituto Português de Museus; Inventário do Património Cultural Móvel, pp. 332-333; 356-357.

16 Sobre este ourives, vd. SOUSA, G. V. (2012a). *Dicionário dos ourives do ouro, cravadores e lapidários do Porto e Gondomar (1700-1850)*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, vol. 1, pp. 79-86.

17 Vd. SOUSA, G. V. (1999), pp. 106-107.

18 Possui as dimensões 2x3,8x4,1 cm. Vd. F[ALCÃO], J. A. (2000). “Trémulo”. Em Falcão, J. A. (ed.). *Entre o céu e a terra: Arte Sacra da Diocese de Beja*. Beja: Departamento de Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, vol. 2, pp. 341 e ss. Um outro estojo semelhante pode ser observado na exposição permanente do Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa (Nov. 2017).

19 No Brasil, por exemplo, encontramos muito poucas alusões à caixa das peças. Constitui excepção um inventário em Vila Rica, Minas Gerais, em que a propósito de dois itens elencados, mais precisamente dois *adereços* de pedraria, em cada um se menciona sua *caixinha*. Vd. SOUSA, G. V. (2016). “Jóias e outros adornos preciosos em Vila Rica de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil), no século XVIII”. Em Rivas Carmona, J. (ed.). *Estudios de Platería*. Murcia: Universidad de Murcia, pp. 665-691 (vd. quadro V).

20 Vd. NORTON, M. A. (1967) – *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, p. 289.

adornos reais, referencia diversos tipos de estojos, sobretudo quanto ao material em que eram executados. Lixa preta ou verde, pelica encarnada, tela branca ou veludo encarnado são cores e materiais indicados nas descrições<sup>21</sup>.

O acervo da então princesa D. Maria, futura rainha D. Maria I, volta a ser inventariado em 1766, em manuscrito que se encontra igualmente<sup>22</sup> no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro<sup>23</sup>, revelando, contudo, caixas para guardar as jóias executadas também noutros materiais. Destacava-se a lixa, na coloração preta<sup>24</sup> e verde<sup>25</sup>, e o veludo verde<sup>26</sup> e carmesim<sup>27</sup>. As caixas de lixa verde serviam de estojo, mas também nelas se guardavam diversas peças distintas, pelo que poderiam constituir cofres em sentido mais geral, não correspondendo, propriamente, a um estojo para uma peça ou conjunto. Para o relógio existia um estojo de lixa<sup>28</sup> parda<sup>29</sup>, sendo ainda mencionadas, para outras peças, a pelica encarnada<sup>30</sup> e o marroquim<sup>31</sup>, sem indicar a coloração<sup>32</sup> ou, no entanto, indicando ser encarnado<sup>33</sup>. Assim se designavam, provavelmente, os acima mencionados estojos de couro carmesim.

Entre os adornos preciosos descritos pelo Morgado de Mateus, D. José Maria de Sousa, em 1800, pertencentes ao vínculo e que seu pai, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, tinha em seu poder, são referenciadas diversas caixas, que, à partida, constituiriam os respectivos estojos. Não sendo realizadas indicações descritivas mais do que a menção da sua existência, surgem associadas a diversos adornos – um laço do peito, um meio adereço de laço do pescoço e brincos, um hábito da Ordem de Cristo e um conjunto de fivelas de sapatos e ligas –, enquanto face a outro – um anel –, é atribuído o diminutivo de *caixinha*<sup>34</sup>.

São diversas as facturas setecentistas sobreviventes com a menção ao valor do estojo. Em qualquer caso, a quantia a pagar pela caixa é muito diminuta em relação ao preço final do objecto precioso, como seria de esperar. As facturas das peças de joalheria executadas para o duque de Lafões pelo ourives do ouro e cravador da corte João Paulo da Silva<sup>35</sup> (fig. 4)

21 Objecto do estudo de BRAGA, I. D.; BRAGA, P. D. (2007). “As jóias de D. Pedro e D. Maria, príncipes do Brasil, em 1765: cor, brilho e exotismo na corte”. Em Reis, M. F. (ed.). *Rumos e escrita da História. Estudos em homenagem a A. A. Marques de Almeida*. Lisboa: Colibri, pp. 287-309; inventário transcrito, pp. 302-309.

22 Tal como o que foi objecto de análise no estudo referenciado na nota anterior.

23 Vd. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), *Secção de Manuscritos*, cota: 47-4-35, 16 fólios escritos. Este manuscrito será alvo brevemente de um estudo específico da nossa autoria.

24 *Ibidem*, f. 2.

25 *Ibidem*, f. 3.

26 *Ibidem*, f. 2.

27 *Ibidem*, f. 8.

28 “(...) A pelle escabrosa e seca do cação, que raspa a madeira, e serve de forrar estojos, etc. é usada dos marceneiros, estatuarios, etc. § Um peixe deste nome de cuja pelle, ou lixa se usa para lixar madeira, etc. (...)”. Vd. SILVA, A. M. (1831). *Dicionário da língua portuguesa*. 4.ª ed. Lisboa: Imprensa Régia, vol. 2, p. 244.

29 (BNRJ), *Secção de Manuscritos*, cota: 47-4-35, f. 15.

30 *Ibidem*, f. 7.

31 “Pelle de cabra tinta de varias cores, v. g. azul, amarello, encarnado; as primeiras vierão de Marrocos (...)”. Vd. SILVA, A. M. (1831), vol. 2, p. 285.

32 (BNRJ), *Secção de Manuscritos*, cota: 47-4-35, f. 9, 11, 15.

33 *Ibidem*, f. 7.

34 Vd. SOUSA, G. V. (2012c). “As pratas e jóias dos Morgados de Mateus, ao tempo de D. José Maria de Sousa (1800)”. Em Sousa, G. V. (ed.). *Actas do III Colóquio Português de Ourivesaria*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, pp. 223-224.

35 Sobre este ourives, vd., também, SOUSA, G. V. (1995). “A joalheria portuguesa dos séculos XVIII e XIX à luz da documentação”. *Museu*. 4.ª s., n.º 3, pp. 130-132; SILVA, N. V. (Jul.-Set. 2000). “As custódias-jóias de Setecentos”. *Oceanos*. N.º 43, pp. 90-92; SOUSA, G. V. (1999), p. 126.

aludem à presença do estojo<sup>36</sup>, como sucede com um anel de diamantes, de 1788, cuja caixa e vidro custaram 1\$900 rs.; umas pulseiras de camafeus e diamantes brilhantes, para as quais se menciona o valor da caixa, 600 rs. (1789); a caixa do placar, 1\$600 rs. (1790); ou outro anel, para o qual se elenca, também, o preço do estojo que, conjuntamente com o feito respectivo, ascendeu a 8\$600 réis (1795)<sup>37</sup>.

Nos finais do século XVIII, um membro da casa do Poço, em Lamego, Diogo de Carvalho e Sampayo, mandou executar uma insígnia da Ordem de Malta ao ourives do ouro lisboeta Manuel Fernandes Lopes, através do bailio de Malta, Duarte de Sousa Coutinho. Este ministro plenipotenciário e futuro embaixador de Portugal na corte de Madrid<sup>38</sup> solicita, através do referido religioso, a encomenda de uma insígnia maltesa, guarnecida de diamantes brilhantes e com o recurso a esmalte, como é habitual nestes exemplares<sup>39</sup>. Atingindo uma soma total de 432\$850 rs., o estojo ficou-se em apenas 600 réis, uma quantia residual. No respectivo recibo, datado de 23 de Junho de 1796, além deste valor, surgem elencadas as diversas parcelas da despesa com as gemas, o ouro, pagamento ao esmaltador e o próprio feito da insígnia<sup>40</sup>.

## ESTOJOS EXECUTADOS EM OITOCENTOS

No início do século XIX, é provável que se continuassem a fazer alguns estojos de couro carmesim com uma ornamentação ainda profusa, sobretudo à base de decorações florais e com enquadramento estético próximo da corrente neoclássica. No entanto, progressivamente, durante o primeiro terço da centúria, a opção passou a ser a utilização do couro liso (fig. 5), tendo-se recorrido, também, na parte inferior da base, a papel carmesim imitando couro. O interior da base era revestido, na sua parte superior, com tecido escuro, circundado por galão de tonalidade clara, de forma a possibilitar o contraste do brilho da jóia com a densidade cromática da base. A(s) jóia(s), colocada(s) em cima do tecido dessa cor, sobressairia(m) devidamente, cumprindo o objectivo último da sua colocação no estojo<sup>41</sup>, podendo, contudo, aqueles tecidos ser de materiais menos ricos. Mantinha-se, no entanto, o referido contraste, evidenciado já em Setecentos, e que, em geral, permanecerá nos exemplares conhecidos de época posteriores.

36 Vd. outra factura deste ourives, com a menção a caixa da presilha, “e do anel e do alfinete”, provavelmente dos finais de Setecentos, in SOUSA, G. V. (2010). *Percursos da joalheria em Portugal: Séculos XVIII a XX*. Porto: CITAR, p. 68.

37 Publicada a sua imagem em SOUSA, G. V. (1999), p. 127; vd., ainda, pp. 245-249 e 255.

38 Vd. a edição de SAMPAIO, D. C. (2001). *Tratado das cores (...)*. Lisboa: Chaves Ferreira. Possui um estudo introdutório com referências ao diplomata e à sua obra, intitulado “Breve ensaio bio-bliográfico: Diogo de Carvalho e Sampayo e os seus escritos sobre a cor”, da autoria de Rui Graça de Castro Feijó.

39 Vd., sobre os adornos em forma de cruz de Malta, SOUSA, G. V. (2010), pp. 103-122.

40 Vd. SOUSA (CASTELO MELHOR), G. V. (1994). “Notícia de uma insígnia de Malta dos finais do século XVIII”. *Filermo*. N.º 3, p. 128.

41 Vd., por exemplo, estojos para argolas, in SOUSA, G. V. (1997a). “Catálogo”. Em Marques, M. L. P. (ed.). *Colecção de jóias: Marta Ortigão Sampaio*. [Porto]: Divisão de Museus da Câmara Municipal do Porto; Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, p. 75.

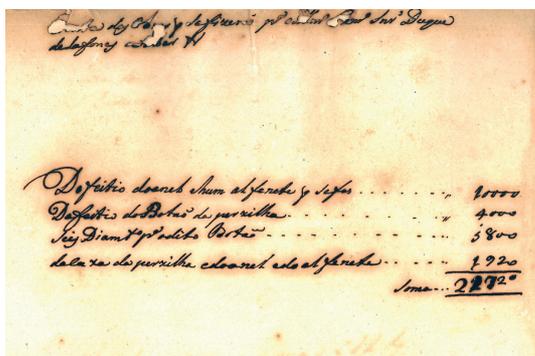


Fig. 4. Factura referente a jóias executadas para o duque de Lafões, com indicação do custo dos estojos, provavelmente dos finais do séc. XVIII. Coleção particular.



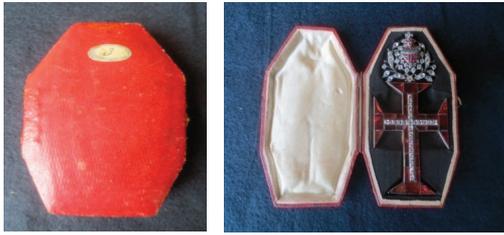
Fig. 5. Estojo de couro liso, destinado a anel com grande água-marinha central, 1.º quartel do século XIX (ext. SOUSA: 1999, p. 99). Coleção particular.

Vejamos diversos casos pertencentes à mesma coleção particular açoriana, com soluções muito semelhantes (figs. 6-9). Todos de couro carmesim, estes estojos possuem a face superior da base com tecido castanho debruado a galão. As tipologias de peças são variadas, respeitando dois a insígnias militares, uma a retrato e o quarto a um par de brincos. Os primeiros dois destinam-se a guardar insígnias da Ordem de Cristo, datando, segundo tradição familiar – não refutada pela materialidade –, dos anos 30 de 1800. O estojo do hábito de lançar ao pescoço (figs. 6a e 6b), de formato octogonal – rectangular seccionado nos cantos –, acomoda perfeitamente a insígnia, rematada com o Coração de Jesus no topo, encontrando-se em bom estado de conservação. O respeitante ao placar (figs. 7a e 7b), mais deteriorado no verso da tampa – permite, contudo, visualizar as soluções construtivas e materiais utilizados –, possui um formato também octogonal, se bem que diferenciado do anterior. A terceira peça trata-se de um estojo de retrato – mais raro, no que nos é dado observar –, oval, datável do 1.º terço da centúria, com o recurso a papel carmesim como forro inferior da base (figs. 8a e 8b), sendo a tampa e parte da base de couro da mesma tonalidade. A quarta e última peça a referenciar, um estojo destinado a um par de brincos (figs. 9a e 9b), permite evidenciar o brilho das gemas que compõem os adornos de orelhas, no presente caso diamantes.

Os estojos da segunda metade do século XIX são em geral, em Portugal, marcados pela referência cada vez mais frequente ao estabelecimento de comércio das peças de joalharia. A afirmação da casa comercial<sup>42</sup>, com a venda e entrega de estojos personalizados, através de elementos identificativos específicos, revela-se cada vez mais comum na joalharia portuguesa (figs. 10a e 10b). A opção começa por ser a colagem de papéis de pequena dimensão, impressos para o efeito, com a indicação de informações sobre a casa, designadamente o nome do ourives ou da sociedade comercial, a morada e, também, por exemplo, a referência a serem ourives da Casa Real<sup>43</sup>. Os papéis poderiam ser fixados no interior, mas também surgem no exterior do estojo e, por vezes, em ambas as partes (base e tampa do estojo) (fig. 11a-11c). Eram, em geral, brancos com as letras a negro ou noutra cor, possuindo, em certos casos, o fundo colorido.

42 Vd. o caso do estojo destinado a medalhão e par de brincos, vendido pelo ourives de Lisboa José Xavier de Carvalho Júnior, na Rua Áurea, e pertencente aos tesouros reais. Vd. GODINHO, I. S. (ed.) (1987). *Jóias do quotidiano da Família Real*. [S. l.]: Instituto Português do Património Cultural; Palácio Nacional da Ajuda, p. 44.

43 É o que sucede, por exemplo, no estojo da casa Augusto Moreira & Coutinho, situada na Rua das Flores, 163, pertencente ao acervo da Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, no Porto. Vd. SOUSA, G. V. (1997b), p. 87.



Figs. 6a e 6b. Estojo de couro carmesim (aberto e fechado), com hábito de lançar ao pescoço da Ordem de Cristo, 1.º terço do séc. XIX. Coleção particular.



Figs. 7a e 7b. Estojo de couro carmesim (aberto e fechado), com placar da Ordem de Cristo, 1.º terço do séc. XIX. Coleção particular.



Figs. 8a e 8b. Estojo revestido a couro carmesim e papel, com retrato masculino em moldura oval, 1.º terço do séc. XIX. Coleção particular.



Figs. 9a e 9b. Estojo revestido a couro carmesim com par de brincos de diamantes, 1.º terço do XIX. Coleção particular.



Figs. 10a e 10b. Pormenores de etiquetas de papel coladas no interior da tampa de dois estojos diferentes, com a referência à casa comercial de venda da peça (Porto e Lisboa). Coleção particular.



Figs. 11a, 11b e 11c. Estojo de couro castanho, com interior de tecidos roxos, possuindo etiquetas distintas no interior da tampa e no verso da base, destinado a par de brincos de ouro com turquesas e pérolas, último terço do séc. XIX. Coleção particular.

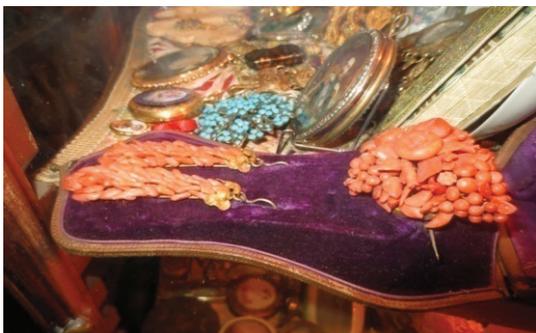


Fig. 12. Estojo com base de veludo roxo, com meio adereço formado por alfinete e par de brincos de corais, 2.<sup>a</sup> metade do séc. XIX. Coleção particular.



Figs. 13a e 13 b. Estojo, provavelmente francês, com base de veludo turquesa, destinado a adereço formado por bracelete, alfinete e par de brincos de ouro e diamantes, com aplicação de esmaltes, 2.<sup>a</sup> metade do séc. XIX. Coleção particular.



Fig. 14. Estojo com base de veludo bege, destinado a botões em forma de xícara, pires e colher, ouro com esmaltes, 2.<sup>a</sup> metade do séc. XIX. Coleção particular.



Figs. 15a, 15b, 15c e 15d. Estojo de veludo da casa Leitão & Irmão, destinado a alfinete em forma de ramagem com diamantes, 1880-1900; pertenceu à família dos condes de Anadia (A com coronel condal). Cabral Moncada Leilões.

Progressivamente, a opção passa a recair no douramento do tecido através de um ferro específico com as informações em causa. O local para a respectiva colocação é, em geral, o interior da tampa, onde se procede à marcação com ferro a dourado. Podemos fazer menção de numerosos exemplos, destacando-se a casa Leitão & Irmão, com indicação das suas lojas de Porto e Lisboa, ou só Porto, com as coroas imperial do Brasil e real de Portugal (fig. 15c).

O desenvolvimento do estatuto de fornecedor da Casa Real<sup>44</sup> deu origem, como se viu *supra*, a referências na marcação dos estojos, seja através do ferro<sup>45</sup> ou da presença das armas reais no papel colado na caixa. Trata-se, de facto, de uma indicação de notoriedade para a casa comercial, a que se associa o próprio dono da peça, prestigiando-se a venda e a posse com tal distinção.

Na segunda metade do século XIX adquirem especial importância os estojos inclinados, de forma que, aquando da respectiva abertura, possam ser observadas as peças de joalharia dispostas num plano descendente (figs. 12 e 13). De forma rectangular, adaptavam-se na perfeição para a disposição de adereços, contendo bracelete, brincos e alfinete, ou apenas duas destas tipologias, designadamente um alfinete e par de brincos. Destes estojos contam-se numerosos exemplares sobreviventes, em distintos materiais para o exterior – veludo e couro, por exemplo –, sendo a face superior da base revestida a veludos de diversas tonalidades, contrastando com as peças neles expostas.

Os estojos poderiam, igualmente, albergar adornos curiosos<sup>46</sup>, como sucede com um par de botões de ouro esmaltado, em forma de uma xícara com seu pires e colher, em miniatura. A base possui, na parte superior, um revestimento de tecido claro, que realça o material dos pequenos adornos (fig. 14).

No último terço do século XX foram realizados alguns estojos de aparato, destinados a conter peças mais relevantes, executados em diversos materiais, mas em que o veludo alcançou um papel importante, pela nobreza do material e o luxo conferidos à caixa. Um dos exemplares desta natureza, pertencente aos condes de Anadia, foi leiloadado há alguns anos na casa Cabral Moncada, de Lisboa<sup>47</sup>. Inteiramente grená, jogando com veludo e cetim, saiu da loja da casa Leitão & Irmão (figs. 15a-15d), destinando-se a conter um imponente alfinete em forma de ramagem floral cravejada de diamantes.

Interessante é a relação entre o que os estojos informam e o que revelam as facturas das mesmas casas comerciais, como sucede nesse estabelecimento de ourivesaria<sup>48</sup>. Em ambas as realidades se dispõe a presença de duas coroas, uma imperial e outra real, respeitantes, respectivamente, à Casa Imperial dos Bragança brasileiros e à dos Bragança da Casa Real portuguesa (figs. 16 e 17). Marcadas a ouro sobre fundo de diversas cores, consoante os estojos, revelam a importância assumida na imagem desta casa por essa relação de prestígio nas últimas décadas de Oitocentos e primeira do século XX.

44 Vd., sobre este assunto, MATOS, L. C. (2009). *Os fornecedores da Casa Real (1821-1910)*. Lisboa: Dislivro Histórica.

45 Vd., por exemplo, o estojo da Casa Reis & Filhos, destinado a um meio adereço de brincos e alfinete de diamantes e pérolas, publicado in SOUSA, G. V. (2010), p. 35.

46 Ou uma *châtelaine* esmaltada, de c. 1882, apresentada in SANTOS, R. A. (1995). “Sentimento e introspecção”. Em OREY, L. (ed.). *Cinco séculos de joalharia: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa*. Londres; Lisboa: Zwemmer; IPM, p. 116.

47 Leilão de 10 e 11 de Dezembro de 2012, da leiloeira Cabral de Moncada (Lisboa), lote 211. Permite a sua adaptação a peça de toucado. Vd. <https://www.cml.pt/top/antiguidades-e-obras-de-arte/pratas-e-joias/22/alfinete-de-grandes-dimensoes---devant-corsage> (cons. 01/09/2018).

48 Vd., por exemplo, MATOS, L. C. (2009), p. 126; SOUSA, G. V. (2010), p. 97.

## ESTOJOS NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XX

No primeiro quartel do século XX surgem algumas peças procurando um especial cuidado nos materiais utilizados, acentuando-se progressivamente o uso dos ferros para aplicação das letras e desenhos a ouro com a indicação do estabelecimento comercial de venda (e outros elementos), colocados no verso da tampa do estojo. Neste período, os estojos socorreram-se do veludo, da pelúcia ou do couro para o seu revestimento, em termos dos materiais mais representativos. Os formatos são, agora, muito mais variados e, para além das tradicionais caixas rectangulares ou quadrangulares, podem surgir outros modelos, como a concha, por exemplo, destinados a alfinetes de senhora de dimensão relativamente pequena.

A já mencionada casa Leitão & Irmão assinalará o facto de terem sido joalheiros da Casa Real, mesmo em República, pois esse facto constituiu a maior distinção atribuída pela Família Real portuguesa a um estabelecimento comercial de ourivesaria, nos últimos reinados da Monarquia Constitucional. Ainda em vigência da monarquia portuguesa e na transição do século XIX para XX – já após a queda do Império e a proclamação da República no Brasil –, optam por colocar apenas a coroa real lusa (fig. 18b). É o tempo dos alfinetes de gravata, que alcançaram um enorme sucesso entre as classes média e alta do País, dando origem a estojos rectangulares, muitos deles em couro, podendo assumir diversas tonalidades (fig. 18a).

Um dos casos de jóias documentadas representou um presente de casamento, tendo sido oferta dos pais de Roberto da Costa Barbosa à noiva de seu filho, D. Maria da Conceição Cabral, isto em 1903. Nas memórias que escreveu, o capitalista portuense Arnaldo Ribeiro Barbosa (1835-1921) regista a aquisição que efectuou do par de brincos, peças que ainda hoje se encontram na posse da descendência (figs. 19a e 19b). O estojo, da casa portuense José Rosas, possui a forma de baú de couro grená com gravados a ouro, exibindo-se, no seu interior, a indicação da loja de ourivesaria que o vendeu, efectuada a ouro sobre tecido. Esta caixa resguarda até hoje, em perfeito estado de conservação, o pequeno *tesouro* ofertado na época, constituído pelos mencionados adornos de diamantes brilhantes<sup>49</sup>.

O último estojo apresentado neste estudo diz respeito a um exemplar da casa de ourivesaria José Correia Picanço<sup>50</sup>, de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel (Açores), que guarda um conjunto de abotoadura e botões de punho de ouro com pérola. O estojo indica a localização do estabelecimento comercial no Largo da Matriz, n.º 24, em Ponta Delgada, através de um papel verde colado no interior da tampa (figs. 20a e 20b), prática vinda de trás, como vimos, e, entretanto, não abandonada, como evidenciado por este exemplar.

---

49 Vd. SOUSA, G. V. (2012b). “As *Lembranças Particulares* de Arnaldo Ribeiro Barbosa (1835-1921): posturas e comportamentos de um *pater familias* portuense na segunda metade de Oitocentos e início do século XX”. Em Sousa, G. V. (ed.). *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, vol. 2, p. 259.

50 Sobre a história desta casa de ourivesaria, vd. MOTA, R. M. S. (2015). “A ourivesaria Correia Picanço, em Ponta Delgada: apontamentos para a sua História”. Em Sousa, G. V. (ed.). *Artes Decorativas nos Açores: Subsídios para o seu estudo nas ilhas de São Miguel e Terceira*. Porto: UCE-Porto; CITAR, pp. 245-291. Nesse trabalho vem reproduzida uma etiqueta de formato igual (p. 246).



Fig. 16. Estojo de couro da casa Leitão & Irmão, destinado a conjunto de botões de punho e abotoaduras, de ouro e diamantes, 1880-1900. Leiloeira Veritas.



Fig. 17. Factura-recibo da casa Leitão & Irmão, com as coroas imperial brasileira e real portuguesa, neste caso para compra efectuada por D. Maria Ficalho, 1888. Colecção particular.



Figs. 18a e 18b. Estojo de couro destinado a alfinete de gravata de ouro, da casa Irmão, Porto, somente com a coroa real portuguesa, finais do séc. XIX/Início do séc. XX. Colecção particular.



Figs. 19a e 19b. Estojo de couro com gravados a ouro, em forma de baú, da casa José Rosas, Porto, destinado a par de brincos de diamantes, 1903. Colecção particular.



Figs. 20a e 20b. Estojo de veludo da casa comercial José Correia Picanço, de Ponta Delgada, destinado a conjunto de botões de punho e abotoaduras de ouro e pérolas, c. 1910-1920.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurámos, ao longo deste estudo, fazer uma primeira sistematização, para o caso português, da evolução dos estojos de joalheria desde o terceiro quartel do século XVIII até às primeiras décadas do século XX, envolvendo notícias de acervos públicos e privados, registando documentação e pesquisas que vimos efectuando, a nível nacional, há longos anos.

Receptáculos de *tesouros* de maiores ou menores dimensões, de peças isoladas a conjuntos, a estojaria constitui uma das artes esquecidas, porque necessariamente de menor valor económico, comparada com a da joalheria, cujos exemplares constavam do seu interior e eram a razão de ser da sua existência.

Estas antecâmaras das jóias deixaram, no entanto, um rasto de funções que ultrapassam a mera dimensão de guarda ou, numa perspectiva imediata, de elegância estética. Elas constituem, como se percebeu, uma verdadeira fonte histórica sobre o seu conteúdo, revelando épocas cronológicas, origens geográficas, casas comerciais e até pequenas surpresas sobre os respectivos adornos. Aparentemente apenas uma forma de protecção das preciosidades nelas contidas, o seu papel enquanto fonte histórica deverá ser realçado de forma cada vez mais efectiva.

As alterações nos materiais, na riqueza dos exemplares, as especificidades de determinados períodos cronológicos e de certas casas comerciais, a partir essencialmente da segunda metade de Oitocentos, enquadram as visões que se podem alcançar sobre este assunto. Nesse sentido, constituem elementos informativos, mas, igualmente, pistas para novas investigações.

Haverá muito mais ainda a escrever sobre este assunto, especificando soluções encontradas e divulgando exemplares entretanto conhecidos, pelo que esperamos poder voltar a este assunto com mais achegas para o respectivo conhecimento, logo que o volume de informações e as novidades assim o justifiquem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARBETETA MIRA, L. (2001). *El tesoro del Delfín: alhajas de Felipe V recibidas por herencia de su padre Luis, gran delfin de Francia*. Madrid: Museo Nacional del Prado.
- BRAGA, I. D.; BRAGA, P. D. (2007). “As jóias de D. Pedro e D. Maria, príncipes do Brasil, em 1765: cor, brilho e exotismo na corte”. Em Reis, M. F. (ed.). *Rumos e escrita da História. Estudos em homenagem a A. A. Marques de Almeida*. Lisboa: Colibri, pp. 287-309.
- F[ALCÃO], J. A. (2000). “Trémulo”. Em Falcão, J. A. (ed.). *Entre o céu e a terra: Arte Sacra da Diocese de Beja*. Beja: Departamento de Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, vol. 2, pp. 341-349.
- F[ALCÃO], J. A. (2002). “Corpete de imagem”. Em Falcão, J. A. (ed.). – *As formas do espírito: Arte sacra do Sul de Portugal*. Beja: Departamento de Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, vol. 1, pp. 225-231.
- GODINHO, I. S. (ed.) (1987). *Jóias do quotidiano da Família Real*. [S. l.]: Instituto Português do Património Cultural; Palácio Nacional da Ajuda.
- FALCÃO, J. A.; SANTOS, R. A. (eds.) (1993). *Inventário do Museu de Évora. Coleção de Ourivesaria*. [S. l.]: Secretaria de Estado da Cultura; Instituto Português de Museus; Inventário do Património Cultural Móvel.

- FEIJÓ, Rui Graça de Castro (2001) – “Breve ensaio bio-bliográfico: Diogo de Carvalho e Sampayo e os seus escritos sobre a cor”. Em SAMPAIO, D. C. *Tratado das cores (...)*. Lisboa: Chaves Ferreira, pp. V-XVI.
- MATOS, L. C. (2009). *Os fornecedores da Casa Real (1821-1910)*. Lisboa: Dislivro Histórica.
- MOTA, R. M. S. (2015). “A ourivesaria Correia Picanço, em Ponta Delgada: apontamentos para a sua História”. Em Sousa, G. V. (ed.). *Artes Decorativas nos Açores: Subsídios para o seu estudo nas ilhas de São Miguel e Terceira*. Porto: UCE-Porto; CITAR, pp. 245-291.
- NORTON, M. A. (1967) – *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- OREY, L. (ed). (1995). *Cinco séculos de joalheria: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa*. Lisboa; London: IPM; Zwemmer.
- SANTOS, R. A. (1995). “Sentimento e introspecção”. Em OREY, L. (ed.). *Cinco séculos de joalheria: Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa*. Londres; Lisboa: Zwemmer; IPM, pp. 100-117.
- SILVA, A. M. (1831). *Diccionario da língua portugueza*. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Impressão Régia. 2 vols.
- SILVA, N. V. (Jul.-Set. 2000). “As custódias-jóias de Setecentos”. *Oceanos*. N.º 43, pp. 78-92.
- SOUSA, G. V. (1995). “A joalheria portuguesa dos séculos XVIII e XIX à luz da documentação”. *Museu*. 4.<sup>a</sup> s., n.º 3, pp. 115-186.
- SOUSA, G. V. (1997a). “Catálogo”. Em Marques, M. L. P. (ed.). *Colecção de jóias: Marta Ortigão Sampaio*. [Porto]: Divisão de Museus da Câmara Municipal do Porto; Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, pp. 62-116.
- SOUSA, G. V. (1997b). “Da joalheria setecentista aos eclectismos do séc. XX em Portugal”. Em Marques, M. L. P. (ed.). *Colecção de jóias: Marta Ortigão Sampaio*. [Porto]: Divisão de Museus da Câmara Municipal do Porto; Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, pp. 11-60.
- SOUSA, G. V. (1999). *A joalheria em Portugal: 1750-1825*. Porto: Civilização Editora.
- SOUSA, G. V. (2010). *Percursos da joalheria em Portugal: Séculos XVIII a XX*. Porto: CITAR.
- SOUSA, G. V. (2012a). *Dicionário dos ourives do ouro, cravadores e lapidários do Porto e Gondomar (1700-1850)*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR. 2 vols.
- SOUSA, G. V. (2012b). “As *Lembranças Particulares* de Arnaldo Ribeiro Barbosa (1835-1921): posturas e comportamentos de um *pater familias* portuense na segunda metade de Oitocentos e início do século XX”. Em Sousa, G. V. (ed.). *Actas do I Congresso O Porto Romântico*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, vol. 2, pp. 241-268.
- SOUSA, G. V. (2012c). “As pratas e jóias dos Morgados de Mateus, ao tempo de D. José Maria de Sousa (1800)”. Em Sousa, G. V. (ed.). *Actas do III Colóquio Português de Ourivesaria*. Porto: UCE-Porto; CIONP; CITAR, pp. 191-228.
- SOUSA, G. V. (2016). “Jóias e outros adornos preciosos em Vila Rica de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil), no século XVIII”. Em Rivas Carmona, J. (ed.). *Estudios de Platería*. Múrcia: Universidad de Murcia, pp. 665-691.
- SOUSA (CASTELO MELHOR), G. V. (1994). “Notícia de uma insígnia de Malta dos finais do século XVIII”. *Filermo*. N.º 3, pp. 119-132.